

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O MANUAL
PROPOSTO COMO SUBSÍDIO PARA IMPLANTAÇÃO DA RÁDIO
ESCOLAR**

Luís Fernando Ribeiro de OLIVEIRA¹

Universidade de Uberaba - UNIUBE

RESUMO

Este artigo faz um recorte da pesquisa, que neste momento, está sendo realizada no Programa de Mestrado da Universidade de Uberaba – MG, com o título: *Vozario no ar: poder simbólico e reprodução, uma análise das relações que envolvem o projeto rádio escola*. Um dos vértices dessa pesquisa foi concebido com a intenção de compreender porque as escolas uberabenses estão encontrando dificuldades na implantação do Programa do Governo Federal – Mais Educação – especificamente, o macrocampo educomunicação dentro da atividade rádio escolar, uma vez que existe um subsídio conhecido como Manual Passo a Passo para implantação do programa em ambiente escolar. Para esta pesquisa a Escola Estadual Frei Leopoldo de Castelnuovo foi escolhida por ser a primeira rádio escola a iniciar o processo de implantação pós-lançamento do programa na cidade de Uberaba. Para tanto, utilizou-se as pesquisas bibliográfica e documental para comparar a proposta sugerida pelo Ministério da Educação com as propostas que vêm sendo sugeridas através de um vasto arcabouço teórico sobre o tema. Além disso, uma entrevista livre foi feita com os gestores da escola para comprovar, ou não, os resultados obtidos. Tal comparação foi realizada mediante o conceito de educomunicação proposto por Mario Kaplún (1998), apoiado nas teorias de Paulo Freire (1969), Ismar Soares (1999) e outros. O presente trabalho identifica irregularidades no manual passo a passo, sugerido pelo MEC, tanto na compreensão do conceito de educomunicação quanto na sua aplicabilidade provocando, assim, um colapso na implantação e manutenção do programa do governo.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Manual; Educomunicação.

¹ Bacharel em comunicação social com habilitação em jornalismo, especialista em docência universitária e mestrando pelo Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba. Participa do Grupo de Estudos da Violência Simbólica (GEVE) orientado pela Prof. Doutora Fernanda Telles.

Introdução

O estudo científico dos fenômenos educativos aliados à comunicação social desenvolveu-se, na América Latina, na segunda metade do século XX. A busca por uma integração interdisciplinar como procedimento pedagógico para auxiliar nos processos educativo e cultural ganhou força na visão conceitual de “Educomunicação”, cunhada pelo argentino Mario Kaplún. No Brasil, essa aproximação, entre Educação e Rádio é histórica, e é, até mesmo, anterior ao pensamento de Kaplún. Tal fato remonta a própria história do rádio, que foi inaugurado em 1923, por Roquette-Pinto e Henrique Morize, com ideais educativos. Contudo, foi em 1934 que “Roquette-Pinto criou a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, mais tarde rebatizada de Rádio Roquette-pinto. Essa foi a primeira emissora oficial com fins exclusivamente educacionais” (PRADO, 2012).

O modelo proposto por Roquette-Pinto era reprodutivo. Ou seja, a mera transferência do conteúdo educacional, através do meio radiofônico. Apesar de ser um conceito ultrapassado, o que mais tarde Paulo Freire (1970) vai chamar de “educação bancária”, sua intenção acenava para uma aproximação possível entre comunicação e educação.

Porém, quando o rádio começa a despontar como um meio eficaz de comunicação, até então aliado à educação, o cenário começa a mudar. Interesses, tanto políticos como mercadológicos começam a dominar o meio de comunicação mudando drasticamente o futuro do rádio no Brasil. Isso fica mais evidente após o Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, que dava permissão para veiculação de propagandas publicitárias no rádio, em 10% da programação. A partir da publicação da nova lei o rádio deixa de ter vínculos mais significativos com a educação e frustra, assim, os ideais de Roquette-Pinto e Henrique Morize.

Contudo, foi a partir de Paulo Freire, citado por muitos como o grande baluarte desta discussão, e alguns estudiosos interessados, que uma aproximação mais eficaz entre educação e comunicação ganha força. Porém, existe certa confusão conceitual, e diga-se de passagem, aceitável, entre os conceitos de educomunicação e Tecnologias da Informação e Comunicação TIC. Apesar de os conceitos tratarem da educação e comunicação sua matriz epistemológica é outra, o que interfere de forma sensível em sua aplicabilidade.

Uma vez que o Governo Federal, através do Programa Mais Educação, propõe atividades educomunicacionais na tentativa de fazer o aluno permanecer mais tempo da escola, entende-se ser necessário um aprofundamento teórico para compreender a não efetivação destas atividades em ambientes escolares.

Metodologia

Segundo Demo (1994 e 2000) é possível identificar alguns gêneros de pesquisa, mas tendo em conta que nenhum tipo de pesquisa é autossuficiente, isto é, "na prática, mesclamos todos acentuando mais este ou aquele tipo de pesquisa" (2000, p. 22).

Neste artigo buscou-se, como baliza, a pesquisa teórica, uma vez que ela é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (Demo, 2000, p. 20). Desta forma, Através de um enfrentamento teórico entre o conceito de educomunicação proposto pelo Programa Mais Educação do Governo Federal, MEC, e o conceito fundante, que tem como propositores: Paulo Freire, Mario Kaplún e Ismar Soares.

Para tanto, fez-se uma pesquisa bibliográfica buscando referências em livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos consistentes sobre o tema educomunicação e/ou comunicação e educação. O contraponto foi o Manual Mais Educação, que tem como objetivo instruir didaticamente a implantação e manutenção do rádio em ambiente escolar. "O conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa" (1994, p. 36).

Além da pesquisa teórica foi, também, realizada uma pesquisa de campo, que teve como objetivo obter informações e/ou conhecimentos sobre a problemática estabelecida. Sendo assim, a pesquisa de campo é de grande importância, pois, por meio dela, tem-se a oportunidade de conhecer a realidade que vai ser pesquisada. Sendo assim, percebeu-se a necessidade de ir a campo para questionar pelo menos, os professores comunitários (na visão do MEC) e educadores (por Ismar Soares) sobre a análise que fazem do Manual Passo a Passo. Para isso, foi realizada uma entrevista aberta com esses três gestores responsáveis pela implantação do Programa Mais Educação, na Escola Estadual Frei Leopoldo de Castelnuovo.

A entrevista serviu para verificação da pesquisa bibliográfica, já que a utilização de uma das técnicas da pesquisa de campo dá mais consistência ao resultado.

Rádio Escola: TIC *versus* Processo Educomunicacional

Entende-se que é importante abordar a diferenciação entre os conceitos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Educomunicação, pois há distorções em sua compreensão conceitual e o modo de fazer.

As TIC devem ser entendidas como ferramentas pedagógicas dentro da sala de aula. Ou seja, a mídia (eletro/eletrônica) como suporte para o ensino “regular”. Ferramenta pedagógica é o conjunto de ações ou métodos que favorecem o ensino/aprendizagem. Um dia ou ainda o é, a educação foi mediada pelo livro, pelo quadro negro e o giz e outros. Já nas primeiras décadas do século XX surgiram os aparelhos eletrônicos, como é o caso do retroprojetor, slides, vídeo cassete e, por fim, os computadores com todo seu arcabouço tecnológico. Conceitualmente as TIC “são ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações” (SUNKEL, 2006). As TIC, quanto ao seu fluxo de informação, é vertical, isto é, compete ao professor, única e exclusivamente, elaborar, preparar e, em alguns casos, manusear os equipamentos. Sendo assim, a ação do aluno diante desse meio é passiva, ou seja, não existe diálogo. O retorno, a resposta, ou o *feedback*, esperado em uma relação dialogal é frustrada, pois o canal é periférico, ou seja, não se faz uso do mesmo canal. Geralmente a resposta (através de pergunta) é dada somente com a anuência do professor desprezando, assim, a autonomia sugerida por Paulo Freire.

A Educomunicação, por sua vez, propõe que o aluno saia da condição passiva e assumira outro estágio, mais interativo, em que ele é estimulado a ser autônomo em suas ações para elaborar, preparar e operar equipamentos na busca de outros conhecimentos e, em alguns casos, tais conteúdos podem ser transversais. Contudo, o processo educacional não está fixo em sala de aula. Aliás, ele é um evento essencialmente realizado fora da sala de aula. Diferentemente das TIC a Educomunicação dá liberdade para que o aluno utilize esses meios apropriando-se de conhecimento autonomamente.

Com isso, Kaplún, resistindo às tendências pedagógicas tradicionais, apoia-se na distinção entre os modelos exógenos e endógenos de educação propostos pelo paraguaio Juan Enrique Díaz Bordenave. Entende-se como “Modelos Exógenos de Educação”: uma educação que deposita sua ênfase nos conteúdos, ou seja, baseada na simples transmissão de conhecimentos, onde o aluno fica passivo diante do que lhe é transmitido, tanto o conteúdo educacional quanto o conteúdo cultural. Sendo assim, Bordenave acusa este modelo de educação de reproduzir valores que reforçam o poder dominante sobre os dominados (KAPLÚN, 2002, P. 16). Já no modelo que contempla os efeitos, Kaplún ressalta que Bordenave chamou de engenharia do comportamento. Sendo assim, o que conta é o comportamento dos alunos, ou seja, se o aluno é comportado releva-se até mesmo se ele sabe ou não o conteúdo programático aplicado em sala de aula.

Kaplún propõe, então, um diálogo com igualdade de oportunidades. Tal pensamento ganha repercussão em toda a América Latina, através do permanente de “fluxo de ida e volta”. Desta forma, as mensagens tendem a circular em ambas as direções (KAPLÚN, 1990, p. 38). Sendo assim, entende-se que o conceito concebido pelo MEC sobre a Educomunicação está desvinculado da prática como processo descaracterizando, assim, o conceito educacional.

1.1 Manual do Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, que aumenta a oferta educativa em escolas públicas por meio de atividades que foram agrupadas em macrocampos como:

Acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. A iniciativa é coordenada pela SECAD/MEC², em parceria com a SEB/MEC³ e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Sua operacionalização é feita por meio do PDDE⁴, do FNDE⁵ (MEC, 2007).

A concepção de que a escola divide, hoje, com várias agências inseridas na sociedade o ofício de ensinar tem suscitado ações do Governo Federal para que a escola não perca sua identidade (CARRANO, 2009). O Programa Mais Educação conta com várias propostas para implantar, no espaço escolar, atividades que estimulem os alunos a permanecer no ambiente escolar.

As atividades tiveram início em 2008, com a participação de 1.380 escolas, em 55 municípios, nos 27 estados para beneficiar 386 mil estudantes. Em 2009, houve a ampliação para 5 mil escolas, 126 municípios, de todos os estados e no Distrito Federal com o atendimento previsto a 1,5 milhão de estudantes, inscritos pelas redes de ensino, por meio de formulário eletrônico de captação de dados gerados pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). Em 2010, a meta é atender a 10 mil escolas nas capitais, regiões metropolitanas - definidas pelo IBGE - e cidades com mais de 163 mil habitantes, para beneficiar três milhões de estudantes (MEC, 2012).

Os dados, acima, são significativos e demonstram claramente que houve envolvimento por parte das escolas públicas. Isso fica evidente, já que a adesão dessas escolas era optativa. Contudo, os dados relatados contemplam apenas o processo enquanto requerimento do programa mais educação, ou seja, números de escolas beneficiadas e alunos que seriam

² Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

³ Secretaria de Educação Básica.

⁴ Programa Dinheiro Direto na Escola.

⁵ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

atendidos. Essa visão cartesiana mascara o resultado real do projeto, pois em momento algum, o texto revela como a rádio escola está se desenvolvendo dentro do espaço escolar. Perguntas simples poderiam nortear o caminho de outras escolas como, por exemplo, o que está sendo realizado nas escolas que já têm rádio? Qual conteúdo está sendo veiculado nas emissoras escolares? Qual tem sido o impacto da rádio no espaço escolar? Desse modo, assinalamos que o velamento de detalhes fundamentais que norteiam esse texto, apenas demonstrativo, dificulta uma compreensão mais holística do fenômeno rádio escola e suas consequências em ambiente escolar.

Voltando, então, ao manual, identificamos ao lê-lo que não existe informação suficiente para que o Programa seja efetivado. Isso quer dizer que ele, enquanto subsídio, não contempla o modo de fazer. Como nosso foco é a atividade rádio escolar é preciso relatar a angústia de, pelo menos, uma das várias escolas estaduais, da cidade de Uberaba, contempladas com o “kit” rádio escola, a Escola Estadual Frei Leopoldo de Castelnuovo.

No final do ano de 2011, algumas escolas de Uberaba receberam do Ministério da Educação, o “kit” rádio escolar. Nesse kit, constava: mesa de som, microfones, caixas de som ativas (amplificadas), gravador digital, fones de ouvido, cabos e conexões. Todos os envolvidos no processo narram com alegria à chegada do material. Mas, logo em seguida, surgem os questionamentos: o que fazer com este material? Como deve ser montado? Alguém na escola sabe como produzir conteúdos para rádio? E muitos outros questionamentos. A descoberta de um manual passo a passo disponibilizado no site do MEC, que prometia sucesso, seria a solução de todos os problemas. Porém, analisando o manual sugerido pelo MEC, os professores chegaram à conclusão que o mesmo é deficitário, pois não existe um roteiro a ser seguido. Não existem, no manual, informações teóricas e nem técnicas sobre os passos a serem seguidos para a instalação, produção e veiculação de “programas radiofônicos” específicos para a realidade escolar. Segundo o dicionário, “manual” significa: guia prático que explica o funcionamento de algo. Contudo, o texto proposto como “manual” pelo Ministério da Educação se mostra como referência.

A partir da leitura do Programa Mais Educação passo a passo, você verá o funcionamento do Programa e como implantá-lo na sua escola com sucesso, demonstrando como é possível promover a qualidade social da escola de tempo integral nas escolas brasileiras. Espera-se, portanto, que este manual inspire sua prática e o conduza a promoção de uma educação diferenciada, cativante e que compreenda o ser humano em todas as suas dimensões (MEC, 2007).

O texto do manual realmente é envolvente e cativante, as fotos utilizadas são inspiradoras, pena que não condiz com mais de 80% de nossas escolas. Apenas o cronograma

dos programas fica evidente no texto, ou seja, o horário que a rádio deve entrar no “ar”. E a instalação estrutural da rádio? Qual é o melhor lugar? Onde colocar as caixas de som? Estas caixas, por serem ativas, com certeza serão alvo de tentativa de roubo, como protegê-las? Quanto à elaboração de pauta, como sugerir? Como selecionar uma pauta radiofônica? Como produzir um programa? Captar entrevistas? Editar? E por último, como veicular esse material “radiofônico” produzido pelos alunos?

Diante do que se lê no texto do material de apoio e ouvimos dos professores envolvidos no processo, percebe-se que algum referencial teórico/prático precisa ser elaborado com urgência, pois uma capacitação para o meio favorecerá tanto professores como alunos na formatação de conteúdos que sejam, de fato, educacionais, como afirma Libâneo.

Todavia, a concorrência a que o professor se obriga com outros meios de comunicação requer dele aprofundar-se nas técnicas de comunicação, tais como formas mais eficientes de expor e explicar conceitos e de organizar a informação, de mostrar objetos ou demonstrar processos, bem como da linguagem informacional, postura corporal, controle da voz, conhecimento e uso dos meios de comunicação na sala de aula. Importante, também, considerar o ambiente ou contexto físico da comunicação educativa, como é o caso da organização do espaço da sala de aula (LIBÂNEO, 2002).

Libâneo descreve a importância de o professor aprofundar-se nas técnicas comunicacionais, para aproveitar ao máximo o uso das TIC, em sala de aula. Portanto, sabendo que a aplicabilidade da Educomunicação em ambiente escolar é ainda mais complexa que as TIC, a capacitação do professor comunitário proposto pelo MEC devia abarcar um referencial condizente com a carga gestora que o professor deverá assumir. Como o professor comunitário ou educacional assumirá a administração de todo o processo de gestão dentro do espaço escolar?

“cabe ao gestor de comunicação, comprometido com o direito que a sociedade tem a um bom serviço na área, subverter a norma vigente em pelo menos dois aspectos: primeiro, que, ao planejar, tenha como referência a própria sociedade e suas necessidades à luz daquilo que o debate público em torno da realidade permite perceber; e, segundo, que crie mecanismos que lhe permitam ouvir as audiências, garantindo uma maior participação possível dos interessados tanto na produção quanto na recepção das mensagens ou dos resultados de seu trabalho.” (SOARES, 2009, p. 37 e 38).

Esta responsabilidade assumida pelo professor comunitário, prevista no manual, deve ficar evidente no subsídio. Apesar dos termos habilidade e competência ganharem ressignificados ao longo do tempo, quais são as habilidades deste professor comunitário? Ele será capaz de acompanhar o projeto com competência? A resposta, ou as respostas, a estas perguntas são difíceis de serem respondidas a partir do subsídio disponibilizado pelo MEC.

Entende-se que um dos pilares que sustentam a educomunicação, numa escola, é o papel gestor estabelecido pelo professor comunitário. O manual do programa sugere quem deve ser o professor comunitário.

A secretaria designará, dentre os docentes nela lotados, um professor com preferencialmente 40 horas semanais para exercer a função de professor comunitário, e esse coordenará a oferta e a execução das atividades de Educação Integral (MEC, 2007).

Dentro da perspectiva educacional, o perfil desse profissional, dentro da escola, é fundamental para o êxito do projeto. Sendo assim, percebe-se a necessidade de confrontar o perfil proposto pelo manual do Programa Mais Educação – Passo a Passo:

[...] podemos apontar algumas características importantes. Sabe aquele professor solícito e com um forte vínculo com a comunidade escolar? – Aquele que escuta os companheiros e estudantes, que busca o consenso e acredita no trabalho coletivo? – Aquele que é sensível e aberto para as múltiplas linguagens e os saberes comunitários? – Que apoia novas ideias, transforma dificuldade em oportunidade e se dedica a cumprir o que foi proposto coletivamente? – Aquele que sabe escutar as crianças, adolescentes e jovens? – Aquele que se emociona e compartilha as histórias e problemas das famílias e da comunidade? – Um professor assim tem um excelente perfil. (MEC, 2007).

E o perfil indicado pela Universidade de São Paulo (USP) para o professor Educomunicativo, que agrega competências específicas:

Um profissional que conhece suficientemente, de um lado, as teorias e práticas da educação, e, de outro, os modelos e procedimentos que envolvem o mundo da produção midiática e do uso das tecnologias, de forma a exercer atividades de caráter transdisciplinar, tanto na docência quanto na coordenação de trabalhos de campo, na interface comunicação/educação (USP – ECA).

A diferença de entendimento sobre as habilidades e competências desse professor que tem a missão de implantar, acompanhar, sugerir, filtrar, organizar, resolver situações de crise, além, de manusear equipamentos e softwares deveria merecer uma atenção especial e pesquisa bem mais aprofundada. Por um lado a Universidade de São Paulo, que pesquisa a Educomunicação há duas décadas apresenta um modelo a ser seguido; e do outro, o MEC que propôs a prática da Educomunicação em 2007 propõe outro modelo.

Conclusão

Segundo Carrano (2009), a busca por uma escolarização que faça sentido deve contrapor-se às políticas públicas precárias que esvaziam as escolas, em todos os sentidos. Ressalta-se que este texto não é uma crítica ao programa e sim, ao subsídio chamado de manual passo a passo, que não contempla, em nenhum momento, uma metodologia específica

para implantação e manutenção do projeto Educomunicação na escola. De um lado, percebe-se o interesse de professores e alunos na execução do programa no espaço escolar; do outro, detecta-se o desânimo tomando conta destes atores que não estão “capacitados”⁶ para executar o complicado e complexo “plano de comunicação”⁷ dentro da escola.

Conclui-se dizendo, que do ponto de vista teórico a confusão conceitual defendida pelo texto do Programa Mais Educação, está direcionando de forma equivocada os rumos das emissoras de rádios escolares. Dá a impressão que o meio radiofônico escolar está enfrentando os mesmos problemas que a rádio convencional analógica já enfrentou. Ou seja, ações políticas e mercadológicas para sobrepujar o meio.

Já do ponto de vista prático, a rádio escolar tem muito a contribuir para o programa do Governo Federal, que visa ampliar o tempo de permanência do aluno no ambiente escolar. O rádio e suas nuances podem se tornar o meio ideal para a veiculação de produções autônomas e repletas de significado para os alunos. Cabe, então, ao Governo Federal, através do MEC, tornar o Programa Mais Educação viável, não só do ponto de vista econômico, mas, também, do ponto de vista prático. E isso será possível se o MEC sensibilizar-se com as angústias pelas quais professores e alunos estão passando para implantar a famigerada rádio escolar. Por isso, a revisão do manual passo a passo disponibilizado no site do MEC carece, urgentemente, de pesquisa, metodologia própria e, posteriormente, reformulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORTOLIERO, Simone. Kaplún, educador biografia de um visionário. IN: MARQUES DE MELO, José et al (orgs). **Educomídia. Alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún**. São Paulo: Cátedra UNESCO/UMESP, 2006.
- CARRANO, Paulo. Identidades Culturais Juvenis e Escolas: Arenas de conflitos e possibilidades. *Diversia* Nº1, Cidpa Valparaíso, Abril, 2009. P. 160.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- FLEURI, R. M. (et. all.). A questão da diferença na educação: para além da diversidade. *25a. Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu(MG), 2002. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/25/sessoes/especiais/reinaldofleuri.do>>. Acesso em 26 de jun. de 2010.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. P. 58.

⁶ Significado de capacitar: Fazer capaz, habilitar, compreender.

⁷ Processo administrativo e sistemático, com a finalidade de coordenar os objetivos e estratégias (...) procurando atingir o máximo de retorno sobre o investimento realizado (CÓRREA, 2002).

- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KAPLÚN, Mario. "Una pedagogia de la comunicación". Ediciones de la Torre. Madrid, 1998.
- KAPLÚN, Mario. Comunicación entre grupos: El método del cassette-foro. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1990.
- KAPLÚN, Mario. El comunicador popular. Buenos Aires: Lumen-humanitas, 1996.
- KAPLÚN, Mario. La comunicación de masas en América Latina. Bogotá: Ed. Educación Hoy, 1973.
- LIBÂNIO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educativas e profissão docente / José Carlos Libâneo. – 6. ed.- São Paulo: Cortez, 2002.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MEC, Programa Mais Educação - Manual passo a passo, 2007, disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf.
- MENEZES, Elbenzer Takuno; SANTOS, Thais Helena dos. "Transversalidade" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil. São Paulo: Midiamix, 2002, disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=70>, visitado em 5/6/2012.
- PERUZZO, Cicília. Comunicação comunitária e educação para a cidadania (Publicado na Revista do Pensamento Comunicacional Latino-Americano - PCLA. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO de Comunicação da UMESP/ALAIC, vl. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Versão on-line disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>).
- RODRIGUES, Gabriela F. É Educomunicação? A descoberta do termo e de elementos educacionais. Versão on-line disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/148.pdf>.
- SARTORI, Ademilde Silveira, MARTINI, Rafael Gué Martini. **Educomunicação em Comunidades de Aprendizagem**: aproximação entre Comunicação Popular e Educação On-line. Apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos: 2007
- SOARES, Ismar de Oliveira. "Caminhos da gestão comunicativa como prática da Educomunicação", in BACCEGA, Maria Aparecida e COSTA, Maria Cristina. *Gestão da Comunicação: Epistemologia e Pesquisa Teórica*, São Paulo, Paulinas, 2009, pg. 161 a 188.
- SOARES, Ismar de Oliveira. "Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais", In: *Contato: revista brasileira de comunicação, arte e educação*. Brasília, Ano 1 (jan. / mar. 1999), n. 2. p. 19-74.
- _____, Ismar de Oliveira. Ecosistemas Comunicativos. Versão on-line disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/28.pdf>.

_____, Ismar de Oliveira. *Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação*. São Paulo, Editora Paulinas, 2011.

_____, Ismar de Oliveira. Mas, afinal, o que é Educomunicação? Versão on-line disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf>.

_____, guilhermo, *Las tecnologías de la información y comunicación (TIC) em la educacion em América Latina, Uma exploración de indicadores*. Santiago de Chile: CEPAL, División de Desarrollo Social, Serie Políticas Sociales, 2006, p. 126.

USP – ECA, Universidade de São Paulo, ementa do curso de nível superior em Educomunicação, disponível em: <http://www.cca.eca.usp.br/educom>, visitado dia 18/06/2012.